

**PARECER JURÍDICO nº 050/2020 - RBF**

Projeto de Lei: nº 15/2020

Autor(a): Vereador José Antonio Rodrigues

**PROJETO DE LEI – VEREADOR – INSTITUIÇÕES  
FINANCEIRA – HORÁRIO EXCLUSIVO PARA  
ATENDIMENTO A IDOSO, GESTANTES E  
DEFICIENTES FÍSICOS DURANTE A PANDEMIA –  
COVID19 – ANÁLISE DE RAZOABILIDADE E  
PROPORCIONALIDADE – LEGALIDADE E  
CONSTITUCIONALIDADE – CONSIDERAÇÕES.**

**1. RELATÓRIO**

---

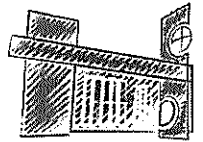
Trata-se de projeto de lei de autoria do Nobre Vereador José Antonio Rodrigues, que pretende obrigar as agências bancárias a disponibilizarem atendimento exclusivo para idosos, gestantes e deficientes físicos durante o período da pandemia do COVID-19.

Justificou seu pleito.

O projeto foi sobrestado pela D. Presidente da Câmara Municipal em razão de ser oficiado à FEBRABAM para que pudesse, se assim quisesse, se manifestar sobre o assunto.

Certificado a inércia da FEBRABAM o feito voltou a ter seu regular tramite.

É o breve intróito. Passo a opinar.



## 2. ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 - CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

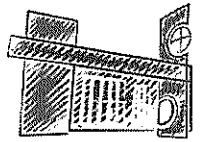
II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade com o RICMC.



A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo reparo.

## **2.2. Da legalidade e constitucionalidade**

Não se desconhece que o município pode legislar sobre as atividades bancárias, assim como já destacou a E. Ministra Eliana Calmon (RMS 21981, 15/07/2010 e RESP 467.451) de que a competência da UNIÃO para legislar e regular o sistema financeiro, não inibe o município de legislar em prol dos usuários.

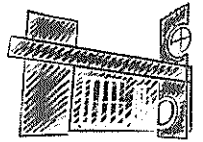
Por outro lado, além de diversas discussões judiciais sobre o tema, tem-se que analisar a razoabilidade e a proporcionalidade sobre a medida a ser adotada no presente projeto de lei.

E, nesse particular, a medida desejada é obrigar as agências bancárias a disponibilizarem atendimento exclusivo para idosos, gestantes e deficientes físicos durante o período da pandemia do COVID-19.

Cabe lembrar que no Estado de São Paulo foi elaborado pelo Governo Estadual o Plano São Paulo, para a retomada das atividades de forma gradativa e eficaz de diversos setores.

Nesse momento, conforme informações que podem ser obtidas no site <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>, a nossa região encontra-se na fase verde, uma fase mais expansiva da retomada das atividades.

Ademais, não se olvide que todos os setores da economia estão se esforçando para o atendimento da população de forma geral, de



tal forma que até mesmo as instituições financeiras envidaram esforços para atender os clientes, ainda que de forma remota.

Por outro lado, é bem verdade que o atendimento dos idosos, gestantes e deficientes físicos tem atendimento prioritário, independentemente, da pandemia que se vivencia na atualidade, conforme se pode observar pela Lei nº 10.048/00.

Partindo dessa premissa, entendo que a proposta apresentada aos Nobres Edis não extrapola a razoabilidade e a proporcionalidade, pois frise-se, o atendimento aos idosos, gestantes e deficientes físicos já tem atendimento prioritário.

Bem por isso, as agências bancárias tem condições de adequar seus atendimentos a essas pessoas, fixando horário exclusivo, mas não único, aos idosos, gestantes e deficientes físicos, durante a pandemia e o atendimento restrito.

Portanto, tenho que o projeto se amolda à legalidade e constitucionalidade, já que o atendimento às pessoas idosas, gestantes e deficientes físicos tem atendimento prioritário previsto por lei, sendo que o atendimento exclusivo para tais pessoas, durante a pandemia COVID-19, pode ser situação excepcional, mas que as agências bancárias podem adotar.

### **3. CONCLUSÃO**

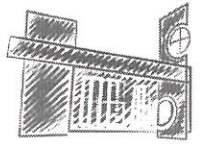
Nesse sentido, opino pela legalidade e constitucionalidade do projeto de lei nº 15/2020, devendo ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**

**Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"**

ESTADO DE SÃO PAULO



Cordeirópolis/SP, 23 de Outubro de 2020.



**ROBERTO BENETTI FILHO**  
**Diretor Jurídico**